

Diogo do Couto e Belchior Nunes Barreto: similitudes e diferenciações de dois interventores políticos contemporâneos

NUNO VILA-SANTA *

Introdução

Ao publicar a edição do primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto, António Coimbra Martins salientou a importância da realização de estudos comparativos entre o este e os “Soldados” de outros autores seus contemporâneos, de que referia o explícito exemplo do autor anónimo do Primor e Honra da Vida Soldadesca.¹ Apesar desta última obra ter sido escrita muito provavelmente durante o segundo vice-reinado de D. Luís de Ataíde (1578-1581),² isto é, já no final do reinado de D. Sebastião, e de se encontrar, portanto, próxima das datas de redacção do primeiro Soldado de Couto, abalizadas por aquele autor entre 1563 e

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 191-219 (ISBN 978-989-755-403-2).

* CHAM, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

¹ Cf. Couto, Diogo do, *O Primeiro Soldado Prático*, introdução, ensaio de leitura, glossário e índice onomástico por António Coimbra Martins, Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 61 e 356.

² Cf. *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia*, edição de Laura Monteiro Pereira, Maria Augusta Lima Cruz e Maria do Rosário Laureano Santos, Ericeira, Editora Mar de Letras, 2003, p. 28.

1573,³ tal não significa que o rol de outros “Soldados” estivesse, para o mesmo reinado, esgotado. Tal afirmação é válida ao considerarmos as relações há muito publicadas por Joseph Wicki.⁴ A primeira, de Janeiro de 1568, normalmente atribuída ao vedor João da Fonseca, e a segunda, comparativamente mais citada, de 1569, do arcebispo de Goa D. Jorge Temudo. A esta lista podem ainda ser acrescentadas as diversas sugestões passíveis de serem encontradas na documentação remetida da Índia por vice-reis, governadores, capitães e diversos oficiais desde pelo menos a década de 1540 e que claramente sofrem um acréscimo desde a década de 1550 até à eclosão da crise político-militar de 1565-75.

Fora do radar destas relações mais conhecidas, no entanto, permaneceu uma outra sobre a Cristandade da Índia redigida pelo padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, em 1566.⁵ Esta relação afigura-se importante não apenas pela extrema proximidade de Nunes Barreto ao então bispo de Cochim e futuro arcebispo de Goa D. Jorge Temudo, como se verá de seguida, mas também pelas possíveis influências do então vice-provincial jesuíta nas posições assumidas junto do rei por Temudo na relação de 1569. Nesse sentido, poderá perfeitamente ser integrada na literatura de pendor arbitrista⁶ de que o reinado sebástico foi especialmente rico no que ao Estado da Índia concerne, sobretudo tendo em conta que na sua relação, Nunes Barreto pronuncia-se sobre matérias políticas.

Neste sentido, além da necessidade de estudos comparativos dos diferentes Soldados com os produzidos durante o período filipino, como o segundo Soldado Prático de Diogo do Couto⁷ ou a conhecida Reformação de Francisco Rodrigues da Silveira,⁸ já ensaiada por George Winius,⁹ é

³ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 19.

⁴ Cf. Wicki, Joseph S. J., *Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569*, separata Stvdia, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, pp. 133-220.

⁵ Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Jaime Lainez, Cochim, 20. I.1566 – *Documenta Indica* (doravante DI), vol. VI, Roma, Monumenta Historica Societa Iesu, 1960, doc. 108, pp. 673-714.

⁶ Sobre a literatura arbitrista veja-se o artigo neste volume de João Teles e Cunha.

⁷ Cf. Couto, Diogo do, *O Soldado Prático*, edição de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1980.

⁸ Cf. Silveira, Francisco Rodrigues, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, edição de Luís Filipe Barreto, George Davison Winius e Benjamim N. Teensma, Lisboa, Fundação Oriente, 1996.

⁹ Cf. Winius, George, *A lenda negra da Índia Portuguesa. Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático. Contributo para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa Moderna*, Lisboa, Edições Antígona, 1994.

também importante detalhar as diferenças e similitudes entre as relações do período sebástico¹⁰ de forma a perceber melhor a origem dos discursos de desilusão e de uma certa decadência propalados por Diogo do Couto no segundo Soldado Prático e nas suas Décadas. Tal decorre do facto de no reinado de D. Sebastião terem confluído no que à Ásia Portuguesa diz respeito um conjunto de criticismos e reformismos que já se vinham sentindo desde a “crise” de meados de Quinhentos e de cuja consciência os contemporâneos se aperceberam melhor com a emergência da crise político-militar de 1565-75 como defende Luís Filipe Thomaz.¹¹

Desta forma, este artigo pretende realizar a comparação de perfis e conteúdos do primeiro Soldado Prático de Couto e da relação de Belchior Nunes Barreto, não esquecendo as mais conhecidas relações do vedor João da Fonseca e do arcebispo D. Jorge Temudo, e reflectir sobre o seu impacto junto das políticas gizadas por D. Sebastião para o Estado da Índia. A fim de perceber as motivações que subjazem aos argumentos defendidos quer por Nunes Barreto, quer por Couto, afigura-se importante, no caso do primeiro, começar por detalhar a longa carreira de intervenção política do jesuíta, e no caso do segundo, o contexto político-cultural de redacção do primeiro Soldado Prático. Só então se procede à referida análise comparativa, buscando semelhanças e diferenças entre ambos e com as relações de 1568 e 1569, para concluir a análise com uma reflexão acerca da importância destas relações nas políticas gizadas pela Coroa para Ásia Portuguesa durante o reinado sebástico.

1. Belchior Nunes Barreto: perfil de um jesuíta influente e de um interventor político

Nascido em 1520 no Porto, o padre Belchior Nunes Barreto, também por vezes referido como Melchior Nunes, ingressou na Companhia de Jesus em Coimbra, em 1543.¹² Em 1551, embarcou para a Índia,¹³ causando a

¹⁰ Agradeço à Professora Maria Augusta Lima Cruz o acesso a um importante artigo sobre esta temática. Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, “A pena das armas – discursos de três soldados práticos sobre a Índia nos finais do século XVI”, *Portas Comunicantes – Revista Lusófila Centro-Europeia*, Budapeste, Universidade de Elte, 2001, pp. 35-50.

¹¹ Cf. Thomaz, Luís Filipe, *A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia*, separata *Mare Liberum*, n.º 9, s.l., 1995, pp. 487 e 499.

¹² Cf. *Documentos del Japon 1547-1557* (doravante DDJ), edição de Juan Ruiz-de-Medina, Roma, Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990, p. 59.

¹³ Para a sua primeira missiva. Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Portugal, Goa, 9.XII.1551 – *DI*, vol. II, doc. 54.

sua chegada em Setembro daquele ano grande polémica pois Nunes Barreto dizia trazer uma carta de Inácio de Loyola e de Simão Rodrigues pela qual era nomeado vice-provincial de Francisco Xavier. Na realidade, só era portador de uma missiva de Simão Rodrigues que não tinha então jurisdição sobre a Índia. Devido a essa situação foi empossado temporariamente do colégio de Goa mas a sua indignação para vice-provincial foi contestada por não ter experiência na Índia. Fruto desta situação, Francisco Xavier nomeou-o para reitor do colégio de Baçaim¹⁴ e para suceder apenas caso os padres Gaspar Barzeus e Manuel de Morais falecessem.¹⁵ Após acção à frente do colégio de Baçaim¹⁶ ocupou o cargo de provincial jesuíta, a partir de Outubro de 1553, pelos falecimentos sucessivos de Francisco Xavier e Gaspar Barzeus.

Foi já na qualidade de provincial que Belchior Nunes Barreto presidiu em Cochim e Goa às exéquias de Xavier,¹⁷ ficando em posse do relicário e vestido que este usara na China e que ele próprio ali ostentou em sua honra.¹⁸ Pouco depois e por acordo com o vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554) partiu em companhia de Fernão Mendes Pinto em embaixada ao daímio de Bungo. Foi além disso encarregue de levar o presente do vice-rei àquele senhor japonês.¹⁹ De passagem pela China, procurou negociar a libertação dos cativos portugueses acusados de pirataria, falhando nesse seu intento e no da missionação no Celeste Império.²⁰ Ainda assim, é o autor da primeira grande descrição da China.²¹ Desta forma, só em Junho de 1556 embarcou para o Japão²² onde esteve

¹⁴ Cf. Schurhammer, Georg S. J., *Francisco Javier. Su vida y su tiempo*, tomo IV, Pamplona, Gobierno de Navarra/Compañía de Jesus – Arzobispado de Pamplona, 1992, pp. 541 e 617.

¹⁵ Cf. Instrução de Francisco Xavier, Goa, 6.IV.1552 - *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, edição de António da Silva Rego, vol. V, Lisboa, FO/CNCDP, 1993, doc. 25.

¹⁶ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Coimbra, Baçaim, 7.XII.1552 - *DI*, vol. II, doc. 105.

¹⁷ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Inácio de Loyola, Goa/Cochim, V.1554 - *Idem*, doc. 23.

¹⁸ Cf. Schurhammer, Georg S. J., *Op. Cit.*, pp. 828 e 832.

¹⁹ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Inácio de Loyola, Malaca, 3.XII.1554 - *DDJ*, doc. 100.

²⁰ Cf. *Em busca das origens de Macau: antologia documental*, introdução, leitura e notas de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 77.

²¹ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Goa, Lampacau, 23.XI.1555 - *Idem*, pp. 77-89.

²² Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Portugal - *DDJ*, doc. 95.

durante três meses.²³ Ali foi informado da chegada do novo provincial jesuíta D. Gonçalo da Silveira,²⁴ com o qual aliás aprendera filosofia,²⁵ apesar de já no ano anterior por carta régia poder calcular que seria substituído.²⁶

Regressado à Índia em 1557 teve relevante papel junto dos vice-reis²⁷ mas também de Roma na organização de uma embaixada à China a fim de negociar a entrada dos missionários portugueses,²⁸ a despeito das críticas que a sua jornada ao Japão e China suscitaram.²⁹ Designado para reitor do colégio de Cochim, ocupou essas funções desde 1557 e manteve desde então uma importante acção de intervenção política e religiosa por ter sido provincial e ter cursado os mares do Extremo Oriente. Após contribuir para a acalmia da situação em Cochim em 1558,³⁰ no ano seguinte Nunes Barreto criticou o excesso de severidade do provincial Silveira ao mesmo tempo que defendeu a chegada da Inquisição à Índia e o envio de um arcebispo com grandes poderes.³¹ Em seu entender, a Inquisição era absolutamente necessária para pôr fim à mistura entre cristãos, hindus, mouros e judeus.³² Integrou assim o grupo de eclesiásticos que defendiam o estabelecimento da Inquisição na Índia³³ e por isso acompanhou de perto as polémicas com o governador Francisco Barreto (1555-1558) a este respeito.³⁴ Encarregue da direcção da mis-

²³ Cf. Costa, João Paulo Oliveira e, *O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira*, vol. II, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 1998, p. 761.

²⁴ Cf. *DDJ*, p. 73.

²⁵ Cf. Leite, Bertha, *D. Gonçalo da Silveira*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, p. 60.

²⁶ Cf. Carta de D. João III ao padre Belchior Nunes Barreto, s.l., 1.IV.1555 – *DI*, vol. III, doc. 50.

²⁷ Cf. *Em busca...*, pp. 31-32.

²⁸ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Diogo Lainez, Cochim, 13.I.1558 – *DDJ*, pp. 102-114.

²⁹ Cf. *Idem*, p. 59.

³⁰ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Portugal, Cochim, 16.VIII.1558 – *DI*, vol. IV, doc. 15, pp. 88-89.

³¹ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao geral de Roma, Cochim, 15.I.1559 – *Idem*, doc. 30, pp. 229-233.

³² Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Coimbra, Cochim, 15.I.1559 – *Idem*, doc. 31, p. 243.

³³ Cf. Cunha, Ana Cannas da, *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*, Lisboa, ANTT, 1995, pp. 125-126.

³⁴ Sobre a temática veja-se o nosso artigo “Geostrategic interests versus Counter-Reformist policies: the case of governor Francisco Barreto (1555-1558)” no prelo no *Journal of Asian History*.

são a concretizar à Etiópia pelo novo provincial António de Quadros, e tal como já sucedera com as críticas a D. Gonçalo da Silveira, não hesitou em criticar a falta de forças deste para o cargo.³⁵

A partir da chegada, em 1560, do arcebispo de Goa D. Gaspar de Leão Pereira e do bispo de Cochim D. Jorge Temudo não tardou em criar uma relação muito próxima com o segundo. Logo, em 1561, um ano após a chegada de Temudo, deste referiu que era muito amigo dos Jesuítas e que nada fazia sem o seu parecer, a ponto de por vezes o deixar confuso. Elogiou ainda a sua actuação pastoral no Malabar e, no ano em que fora noticiado o falecimento do padre D. Gonçalo da Silveira na corte do Monomotapa, voluntariou-se para partir para aquele local, Madagáscar ou Socotorá, visto Quadros lhe recusar autorização para partir na embaixada à China.³⁶ Nem mesmo os argumentos da sua experiência no Celeste Império foram suficientes uma vez que Nunes Barreto estava comprometido com a participação na sempre adiada missão à Etiópia. Por esta razão, em 1562 viu os padres Luís de Fróis e Giovanni Battista del Monte partirem no seu lugar na dita embaixada³⁷ visto só em 1565 lhe ter sido dada oficialmente a notícia de que ali poderia ser enviado.³⁸

Permanecendo em Cochim como reitor do colégio jesuíta, Belchior Nunes afirmou-se opositor à actuação do arcebispo D. Gaspar em Goa, acusando-o de esfriar a Cristandade por querer terminar com os baptismos em massa e solenes, ao mesmo tempo que manteve o elogio a Temudo e defendeu plenamente os resultados da política missionária do vice-rei D. Constantino de Bragança (1558-1561).³⁹ Após o falecimento do patriarca etíope D. João Nunes Barreto, Belchior Nunes defendeu explicitamente a organização de uma jornada espiritual e militar de 3000 homens à Etiópia, embora soubesse que dificilmente seria concre-

³⁵ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 15.I.1560 – *DI*, vol. IV, doc. 64, pp. 501-504.

³⁶ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Coimbra, Coução, 4.I.1562 – *DI*, vol. V, doc. 64, 400-420.

³⁷ Cf. Loureiro, Rui Manuel, *Fidalgos, missionários e mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 556.

³⁸ Cf. Carta do padre Jaime Lainez ao padre Belchior Nunes Barreto, Trento, 10.XII.1562 – *Idem*, doc. 63 embora Nunes Barreto só confirme a recepção mais tarde (Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 15.I.1565 – *DI*, vol. V, doc. 62).

³⁹ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 15.I.1562 – *Idem*, doc. 69, pp. 483-485. Fora mesmo o primeiro a fazê-lo (Cf. Ventura, Ricardo, *D. Gaspar de Leão e o Desengano de Perdidos: estudo histórico-cultural*, dissertação de mestrado policopiada, vol. I. Lisboa, FLUL, 2005, p. 50).

tizável. Por essa altura, já elogiava o provincial Quadros e defendia que não fosse substituído como se fazia com os vice-reis de três em três anos.⁴⁰ Crítico do vice-rei D. Francisco Coutinho, 3.^o conde de Redondo (1561-1564), a quem acusou de governar mal, Belchior Nunes defendeu que perante o fracasso da missão etíope o bispo D. André de Oviedo devia ser transferido para diocese a criar no Japão. Claramente marcado pela sua jornada a terras nipónicas ponderou voltar a partir para a região em Abril de 1563 mas foi convencido a não fazê-lo em Cochim.⁴¹

Voltou a ter relevante papel, juntamente com o capitão D. Jorge de Castro e o bispo Temudo na acalmia das tensões em Cochim em 1564⁴² e fruto do seu papel na região foi designado por Quadros, em Setembro de 1565, como seu vice-provincial para governar enquanto este se deslocava a Malaca.⁴³ Naquele cargo pugnou, sem sucesso, para que o vice-rei D. Antão de Noronha (1564-1568) enviasse uma expedição à Etiópia e insistiu com este, tal como Quadros, na necessidade de envio de socorro às Molucas a propósito das mortes cristãs ocorridas em Amboíno.⁴⁴ A insistência teve tradução na nomeação de Gonçalo Pereira, “O Marramaque”.⁴⁵ Apesar da então sintonia com Quadros, Belchior Nunes voltou a criticá-lo pela falta de forças e manifestou-se desapontado por não ter instruções para governar a Companhia. Na sua ausência foi também forçado a proibir os jesuítas de serem nomeados deputados da Inquisição que tanto defendera.⁴⁶ Em clara rivalidade com Quadros, afirmou não ser possível comparar a sua ida ao Extremo Oriente com as intenções

⁴⁰ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 24.I.1563 – *Idem*, doc. 113.

⁴¹ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1564 – *DI*, vol. VI, doc. 28.

⁴² Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1564 – *Idem*, doc. 29, pp. 175-180.

⁴³ Cf. Carta do padre António de Quadros ao geral de Roma, Malaca, 20.XI.1565 – *Idem*, doc. 79.

⁴⁴ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Miron, Cochim, 20.I.1566 – *Idem*, doc. 109.

⁴⁵ Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, “A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente”, *Stvdia*, n.º 49, Lisboa, 1989, pp. 315-340.

⁴⁶ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao geral de Roma, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 110.

deste na deslocação a Malaca.⁴⁷ Ainda em 1566, acompanhou D. Jorge Temudo em viagem pastoral pelo Malabar e Ceilão.⁴⁸

Já em fase posterior à redacção da sua relação, foi convocado para se deslocar a Goa a fim de participar no primeiro Concílio Provincial da Índia de 1567, ficando bastante satisfeito com as decisões ali tomadas e advogando que após o fracasso da embaixada à China urgia a sua conquista militar.⁴⁹ No quadro da primeira governação do vice-rei D. Luís de Ataíde (1568-1571) solicitou a substituição de Quadros por falta de forças, lamentou o adiamento da jornada à Etiópia e manifestou receio dos corsários e piratas malabares.⁵⁰ Faleceu em Goa a 10 de Agosto de 1571,⁵¹ pouco após o óbito do arcebispo Temudo. Sem que o soubesse, fora designado, em 1571, juntamente com António de Quadros como deputado da Mesa de Consciência e Ordens da Índia.⁵²

Desta forma, quando em Janeiro de 1566, próximo da sua morte, o vice-provincial jesuíta Belchior Nunes Barreto redigiu a sua relação encontrava-se numa posição claramente distinta do autor do Soldado Prático. Não só tinha os seus créditos provados na Índia ao serviço dos jesuítas, como a sua indignação para provincial entre 1553 e 1556 ou até o facto de ser o número dois de Quadros que tanto criticou, demonstram, como e até mais relevante, fora um claro adepto do endurecimento das políticas contra-reformistas durante a década de 1560. Este aspecto deve ser destacado porquanto Belchior Nunes Barreto, na Índia, não alinhou com as políticas de acomodação cultural que outros jesuítas defendiam ao tempo. O seu posicionamento, as suas críticas ao arcebispo D. Gaspar e o elogio das políticas do vice-rei D. Constantino são disso claro exemplo. Foi, aliás, precisamente ancorado nesse mesmo estatuto que Belchior Nunes procurou alcandorar-se a um novo comando dos jesuítas na Ásia, sobretudo durante o tempo de Quadros, o qual não alcançou.

A sua postura de intervenção várias vezes entrou em conflito com os interesses políticos dos governantes de Goa como foi visível nas críticas

⁴⁷ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Leão Henriques, Cochim, 20.I.1566 – *Idem*, doc. 111.

⁴⁸ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos padres Leão Henriques e Francisco de Borja, Cochim, 2.I.1567 – *DI*, vol. VII, docs. 38 e 39.

⁴⁹ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Francisco de Borja, Cochim, 25.I.1568 – *Idem*, doc. 103, pp. 487-491.

⁵⁰ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Miron, Goa, 6.XII.1569 – *DI*, vol. VIII, doc. 22.

⁵¹ Cf. *DDJ*, p. 59.

⁵² Couto, Diogo do, *O Primeiro...*, p. 254.

a Francisco Barreto e D. Francisco Coutinho e é comprovado na escrita da sua relação. Desta forma, contrariamente a Diogo do Couto que ao redigir o seu primeiro Soldado Prático apenas detinha experiência militar e pouco estatuto social, Belchior Nunes detinha já vasta intervenção escrita e podia iniciar a sua relação afirmando ter a esperança de que aquilo que escrevia pudesse chegar aos ouvidos dos príncipes em Portugal.⁵³ Deste ponto de vista, tendo em conta a sua condição social e trajetória de intervenção política, poderemos questionar em que medida é que os conteúdos da sua relação poderão ser comparados aos do primeiro Soldado Prático. Desde logo é possível que Belchior Nunes Barreto tenha conhecido Diogo do Couto antes deste rumar a Portugal, em 1569, e possivelmente até em Goa onde se constatou que Nunes esteve desde 1567. Esta hipótese torna-se ainda mais provável tendo em conta que Couto viera para a Índia na armada de 1559, na qual viera D. Jorge Temudo, que tão próximo foi de Nunes Barreto. Mas talvez o denominador comum mais relevante esteja no facto da redacção da relação de Nunes Barreto e do Soldado Prático datar de um contexto político-cultural muito específico: o da governação de D. Antão de Noronha, o primeiro vice-rei da Índia que lidou com a crise político-militar de 1565-75.⁵⁴

2. Diogo do Couto e o contexto político-cultural do primeiro Soldado Prático

Tendo partido para a Índia na armada de 1559, Diogo do Couto chegou a esta em tempo do vice-rei D. Constantino de Bragança. A sua carreira de armas até ao seu regresso ao Reino, prolongou-se pelos governos de Bragança, D. Francisco Coutinho, D. Antão de Noronha e D. Luís de Ataíde. Como é sabido, nesse caminho encontrou Couto o poeta Luís de Camões que então preparava os Lusíadas, cuja intenção era a de serem apresentados a D. Sebastião. Posteriormente é conhecido que Couto se encontrou em Almeirim com o *Desejado* em Abril de 1570 e que a este

⁵³ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, p. 677.

⁵⁴ Cf. Vila-Santa, Nuno, “O vice-reinado de D. Antão de Noronha (1564-1568) no contexto da crise do Estado da Índia de 1565-1575”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. X, Lisboa, CHAM, 2010, pp. 63-101.

entregou o correio da Índia.⁵⁵ Mais discutido é saber se apresentara ao rei o manuscrito do Soldado Prático.⁵⁶

A forma como a primeira versão do Soldado Prático foi escrita leva-nos a crer que Couto teria intenção de o apresentar a D. Sebastião. Para isso contribui o facto, já salientado por Maria Augusta Lima Cruz, de ter sido provavelmente escrito em 1564-65,⁵⁷ isto é, no início do governo de D. Antão de Noronha. Para tal apontam os factos do soldado afirmar que apenas assistira ao primeiro ano da sua governação⁵⁸ e de quando se refere à problemática da conquista de Ceilão não referir o abandono de Kotte,⁵⁹ ordenado por D. Antão em 1565. Estas referências assim como o facto da generalidade dos acontecimentos relatados terem como datas-limite o vice-reinado de D. Antão, colocam a redacção do primeiro Soldado Prático precisamente em 1564-65. Assim esta coincide cronologicamente com as relações de Belchior Nunes Barreto de 1566, do vedor João da Fonseca de 1568 e do arcebispo de 1569, todas escritas durante a governação de D. Antão de Noronha, à excepção da última já escrita em tempos de D. Luís de Ataíde.

Este facto não é de todo inocente visto D. Antão de Noronha ter sido o primeiro vice-rei a lidar com as múltiplas consequências da batalha de Talikota de 1565 e de ter sido o primeiro vice-rei nomeado pelo cardeal regente D. Henrique, o qual procurou ter uma política interventora nos assuntos asiáticos consciente da multiplicidade de problemas que se colocavam no cenário asiático. Devido a esta mesma circunstância, dispusera-se a ouvir pareceres remetidos da Ásia Portuguesa sobre a melhor forma de reformar o Estado da Índia.⁶⁰ O conhecimento de tal intenção política do regente na Índia originou as respostas na forma das referidas relações e em nosso entender poderá ter influenciado a redacção do Soldado Prático de Diogo do Couto, uma vez que mais não fez que

⁵⁵ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 16.

⁵⁶ Cf. *Idem*, p. 19; Cf. Loureiro, Rui Manuel, *A biblioteca de Diogo do Couto*, Lisboa, Instituto Cultural de Macau, 1998, p. 58; Cruz, Maria Augusta Lima, "A pena...".

⁵⁷ Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

⁵⁸ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 548.

⁵⁹ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 18.

⁶⁰ Aspecto visível na própria relação do arcebispo D. Jorge Temudo que afirma ter escrito a sua relação em resposta a um pedido do rei, que nos parece ter vindo ainda da regência do cardeal D. Henrique mediante a política da sua regência para a Ásia Portuguesa. Cf. Vila-Santa, Nuno, "A Coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: Política ou Políticas?", *Lusitania Sacra*, nº 29 (Janeiro-Junho 2014), pp. 50-54.

cimentar as condições político-culturais já previamente existentes na Ásia Portuguesa.

Contrariamente aos escritos de João da Fonseca, de Belchior Nunes Barreto e do arcebispo D. Jorge Temudo, porém, à data da sua escrita, Couto não tinha um estatuto social ou militar que lhe garantisse que qualquer escrito seu de pendor reformista fosse escutado pelo poder político. Na realidade, o primeiro feito de armas na Ásia mais destacado de Couto parece ter sido, como confessa na década VII, a sua participação na segunda tentativa de ocupação de Surrate, em Abril de 1561,⁶¹ ordenada pelo vice-rei Bragança, ao capitão D. António de Noronha, “O Catarraz” e futuro vice-rei da Índia de 1571 a 1573, de quem Couto foi bastante próximo. É bastante provável que a ligação entre ambos tenha aqui começado, o que ajudaria a explicar a razão da governação deste vice-rei ter sido das melhores para Couto⁶² e até forma como se insurge na década IX contra a deposição de Noronha.⁶³

Em todo o caso, ao escolher redigir um diálogo entre um soldado e um vice-rei nomeado sem qualquer experiência da Ásia, o até então soldado Diogo do Couto com 27 anos de idade e apenas cinco de carreira militar, evidenciava ter feito uma escolha que poderia manifestar-se certa. Ao escolher aquele género literário Couto sabia que poderia ter mais hipóteses de ser ouvido junto do poder político num momento em que este era pressionado para tomar decisões “reformistas” e sobretudo em que anteriormente parecera criar o hábito institucional de nomear vice-reis sem experiência da Ásia. Assim sucedera, desde 1550 com os vice-reis D. Afonso de Noronha, D. Pedro Mascarenhas, em 1554, D. Constantino de Bragança, em 1558 e com D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo, em 1561. Apenas a então recente nomeação de D. Antão de Noronha, devido à sua anterior experiência asiática, invertera esse quadro, mas nada garantia que a Coroa o não pudesse retomar. Ora consciente disso mesmo, Couto optou por compor um diálogo entre um ficcional soldado experiente, que ele certamente não era, e um vice-rei de grande estatuto social, como os que anteriormente foram mencionados, mas que fora indigitado sem experiência. Ou seja, Couto propunha uma obra que pretendia ser um verdadeiro manual de governança de qualquer vice-rei sem experiência da Ásia pouco após a Coroa ter realizado quatro nomeações deste tipo. Este aspecto pode ajudar a explicar o esti-

⁶¹ Cf. Couto, Diogo do, *Da Ásia*, VII, ix, 11-12, Lisboa, Livraria San Carlos, 1974.

⁶² Cf. Couto, Diogo do, *O primeiro...*, p. 239.

⁶³ Cf. Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia*, IX, 26, Lisboa, Livraria San Carlos, 1974.

lo por vezes provocador e insolente de algumas respostas do soldado ao vice-rei em todo o diálogo.⁶⁴

Normalmente considerado como um mostruário de vice-reis e governadores, uma das interrogações em torno do primeiro Soldado é a de saber até que ponto a figura do vice-rei é uma construção ficcional ou se existiria um vice-rei modelar seguido por Couto.⁶⁵ Realizando este uma clara apologia dos governadores de sucessão por contraponto ao problema dos vice-reis nomeados sem experiência da Índia não deixa de ser interessante notar que Couto elogia particularmente o vice-rei D. Pedro Mascarenhas de entre todos os que até ao seu tempo tinham governado sem experiência da Índia. Na realidade, Mascarenhas encaixa perfeitamente no perfil traçado no diálogo para a figura do vice-rei por à data da sua nomeação, ter boa renda, não ter filhos e ter experiência de combate em Marrocos e embaixadas a Roma e França no seu largo currículo.⁶⁶ Mas mais importante que este aspecto é o facto de D. Pedro Mascarenhas, em parte por apenas ter governado durante nove meses, ter sido um dos poucos vice-reis da Índia que não foi alvo de críticas comparáveis a outros vice-reis anteriores e posteriores.

O soldado confirma-o sistematicamente ao longo do diálogo referindo constantemente o seu nome, alertando-o que a honra estava na nomeação e não no exercício do cargo.⁶⁷ Posteriormente, na resposta ao vice-rei que o informa que irá governar por seis anos e lhe pede conselho sobre o que fazer o soldado responde que faça como Mascarenhas e negocie bem o dinheiro que irá levar à Índia.⁶⁸ Além disso, o soldado aconselha o vice-rei nomeado a ser como Mascarenhas, isto é, a não se

⁶⁴ Cf. Couto, Diogo do, *O primeiro...*, p. 22.

⁶⁵ Cf. *Idem*, p. 24.

⁶⁶ Cf. *Idem*, p. 29. De todos estes aspectos, apenas na embaixada a França não foi possível confirmar ligação directa de Mascarenhas. Ainda assim não descartamos a hipótese de Mascarenhas ter sido embaixador em França por curto período de tempo pois sabe-se que regressou da embaixada a Carlos V, em Bruxelas, em 1529, por França (Cf. *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, edição de Ernesto de Campos Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, p. 61). Permanece em falta ainda um estudo desta importante figura responsável, enquanto embaixador de D. João III em Roma, por trazer a Companhia de Jesus para Portugal. Cf. Vila-Santa, Nuno, "D. Pedro Mascarenhas" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - www.cham.fcsh.unl.pt/eve

⁶⁷ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 1, pp. 364-366.

⁶⁸ Cf. *Idem*, cap. 10, p. 418.

deixar intimidar pelos fidalgos que ameaçavam tornar-se renegados se não tivessem mercês.⁶⁹

Estes elogios de Couto confirmam, em nossa opinião, que o vice-rei escolhido por Couto para representar o papel do vice-rei modelar resoluto nas suas decisões mas também reformador de atitudes e costumes, de todos quantos tinham sido nomeados para a Ásia sem qualquer experiência da Índia, era D. Pedro Mascarenhas, um vice-rei que só poderia ter conhecido no Reino ainda jovem. Este aspecto é ainda mais notório quando se constata em todo o diálogo que Mascarenhas é o vice-rei mais citado de todos quantos governaram sem experiência da Ásia. É também o vice-rei mais citado elogiosamente em toda a obra se excluirmos as claras preferências de Couto pelos governadores Nuno da Cunha e Martim Afonso de Sousa que na sua narrativa pertencem claramente à “era dourada”. Também esta escolha ia de encontro a uma melhor possibilidade de publicação da sua obra na medida em que era mais fácil elogiar o mais consensual Mascarenhas, do que os mais controversos D. Afonso de Noronha, D. Constantino de Bragança ou D. Francisco Coutinho.

A formação cultural humanista de Diogo do Couto,⁷⁰ a sua relação com o modelo do infante D. Luís⁷¹ e a sua intenção, visível em toda a sua intervenção de cronista e escritor polémico, de se apresentar com um homem renascentista que aliava a pena e a arma,⁷² deverão ter pesado, em nosso entender, para esta escolha do então soldado Couto em redigir uma obra com intuito pedagógico⁷³ que se pudesse diferenciar das relações que por então se produziam na Índia. É possível que este último aspecto possa até ter determinado a escolha de um estilo literário diferente (um diálogo) do adoptado pelos seus contemporâneos (as relações). Naturalmente que a vontade de garantir que seria escutado, o que aliás sucedeu pois como se sabe mesmo não alcançado a publicação, a primeira versão do Soldado Prático circulou manuscrita no Reino alcançando grande sucesso,⁷⁴ deverá ter sido um critério importante para Couto. Além disso, nesta primeira versão apesar das críticas feitas ao rei serem

⁶⁹ Cf. *Idem*, cap. 11, p. 431.

⁷⁰ Cf. Moniz, Maria Celeste, *Glória e miséria nas décadas da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 26.

⁷¹ Cf. *Idem*, pp. 21 e 38; Loureiro, Rui Manuel, *Op. Cit.*, pp. 56 e 58.

⁷² Couto, Diogo do, *O Soldado Prático*, edição de Ana María García Martín, Coimbra, Angelus Novus, 2009, p. 12.

⁷³ Cf. Loureiro, Rui Manuel, *Op. Cit.*, pp. 56 e 58; COUTO, Diogo do, *O primeiro....*, p. 131; Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

⁷⁴ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 171.

grandes, raramente se menciona directamente D. Sebastião e quando tal foi feito foi sempre em tom esperançoso de que o jovem monarca pudessem tomar medidas para atalhar os problemas sentidos na Ásia Portuguesa. Deste ponto de vista e em nossa opinião, também aqui Couto procurou precaver-se, tendo em vista uma possível publicação da sua obra que saberia não poderia ir demasiado contra o poder instituído. Isso mesmo explica também a sua moderação nalguns temas que adiante abordaremos.

Deste modo, a forma como o primeiro Soldado foi redigido por Couto, e em especial, o facto do vice-rei ser nomeado para seis anos e não os habituais três,⁷⁵ tal como as relações anteriores apontava para a necessidade de nomeação de um vice-rei com plenos poderes que pudesse fazer face aos desafios sentidos. Este aspecto encontra-se intimamente ligado à governação de D. Antão de Noronha, a qual entre as diversas críticas que recebeu, encontrou precisamente na falta de impulso reformista um dos seus pontos basilares.⁷⁶ Foi, pois, no contexto político-cultural da governação de um vice-rei de quem Couto era amigo e com o qual iniciara a sua ascensão⁷⁷ pois como é sabido regressou em 1569 na sua nau ao Reino e assistiu ao seu falecimento,⁷⁸ que este redigiu o essencial do primeiro Soldado. É bem possível que Couto tenha beneficiado dessa proximidade com D. Antão na forma informada como discorre sobre vários assuntos. No entanto, tal não implica que Couto não possa para a apresentação a D. Sebastião ter feito pequenas correcções, como cremos que terá acontecido. A questão que se coloca é saber qual terá sido a apreciação régia do manuscrito, um facto que se desconhece.

3. Couto e Nunes Barreto: discursos paralelos ou de confronto?

Como é conhecido umas das críticas mais ferozes lançadas pelos contemporâneos de Couto no âmbito da crise político-militar de 1565-75 mas também no período filipino, prendia-se com os triénios vice-reais.⁷⁹ Nessa lógica, na primeira versão do Soldado Prático, Diogo do Couto colocou o vice-rei D. Afonso de Noronha a afirmar que o mandavam regressar a Portugal ao final de quatro anos, justamente quando apren-

⁷⁵ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 10, p. 418.

⁷⁶ Cf. Vila-Santa, Nuno, "O vice-reinado...", pp. 93-97.

⁷⁷ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 57.

⁷⁸ Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a década 8ª da Ásia*, vol. I, Lisboa, INCM/CNCDP, 1993, p. 812; COUTO, Diogo do, *O primeiro...*, p. 21.

⁷⁹ Cf. Thomaz, Luís Filipe, "A crise...", pp. 499-500.

dera como devia governar a Índia.⁸⁰ Mas a crítica mais declarada surge quando o soldado afirma que o primeiro ano de governo servia para os vice-reis se informarem, o segundo para governarem e o terceiro para prepararem a sua defesa.⁸¹

Se não se encontra paralelo directo destas afirmações de Couto na relação de Belchior Nunes Barreto, já o mesmo não se poderá dizer quando a temática é a crítica ao excessivo poder detido pelos vice-reis. Nesta área, as invectivas do soldado iniciam-se quando se criticam os oficiais de justiça por serem nomeados pelos vice-reis e não pelo rei⁸² ou quando se condena o hábito vice-real de prover apaniguados nas viagens.⁸³ A crítica sobe claramente de tom quando o soldado acusa os governantes da Índia de fazerem da matrícula um “jardim dos vice-reis”. O soldado denuncia então as pressões dos vice-reis junto do escrivão da matrícula para assentar os seus apaniguados em nome de renegados e mortos a ponto de afirmar que os religiosos tinham aconselhado o escrivão a abdicar do cargo devido aos pecados que se via forçado a cometer pelos sucessivos vice-reis. Por essa mesma razão, o soldado não hesita em exigir pagamento ao vice-rei quando este lhe pede conselhos sobre como reformar a matrícula.⁸⁴ O tom desta crítica quase faz esquecer que o mesmo soldado afirma que outro dos males dos vice-reis, a propósito da fortificação de Malaca, era anularem as ordens dos seus antecessores.⁸⁵ Também por estas razões, o soldado não hesita em elogiar abertamente os governadores de sucessão por contraposição aos vice-reis por os considerar mais amadurecidos.⁸⁶ A similitude com a relação de Belchior Nunes surge assim, quando este, sem nunca especificar como Couto, defende a necessidade de bons governantes.⁸⁷

O aspecto onde surge uma confluência total de ambos prende-se com as conhecidas críticas do soldado às ingratidões do rei para com os capitães experimentados na guerra e o excessivo favorecimento da fidalguia. É nessa linha que o soldado defende a necessidade dos vedores da fazenda itinerantes como forma de vigiar as actividades dos capitães das

⁸⁰ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 4, pp. 381-382.

⁸¹ Cf. *Idem*, cap. 18, p. 482.

⁸² Cf. *Idem*, cap. 9, pp. 411-417.

⁸³ Cf. *Idem*, cap. 13, pp. 443-446.

⁸⁴ Cf. *Idem*, cap. 9, pp. 411-417.

⁸⁵ Cf. *Idem*, cap. 20, pp. 494-496.

⁸⁶ Cf. *Idem*, cap. 16, pp. 462-467.

⁸⁷ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, p. 680.

fortalezas.⁸⁸ Novamente à medida que avança o diálogo, Couto sobe o tom da crítica quando o vice-rei se queixa que os grandes senhores do Reino querem que os seus filhos partam para a Índia na sua companhia pois não têm como os sustentar na corte nem em África que deixara de existir, na expressão do soldado. Logo este alerta o vice-rei para o problema que estes fidalgos mancebos constituem na Índia para os vice-reis pois só pedem dinheiro, reclamam estatuto e querem ser logo capitães sem experiência militar.⁸⁹ Por isso, o soldado opõe-se a nomeações de familiares do vice-rei para a capitania-mor do mar da Índia, defendendo a sua extinção caso não se terminasse com o mau hábito de indigitar aparentados do vice-rei, sintetizado na icónica expressão “alvará de sobrinho do vice-rei”. Numa das raras vezes em que Couto assume a personalização da crítica em todo o diálogo, o soldado dá por maus exemplos o governador D. João de Castro (1545-1548) e o vice-rei D. Afonso de Noronha quando estes nomearam os seus filhos para aquele relevante cargo sem experiência.⁹⁰ Deste aspecto o soldado avança para o lamento de que os vice-reis não tenham pulso forte e cedam constantemente às pressões da fidalguia para a concessão de mercês.⁹¹ O mesmo sucede quando o soldado, a propósito das perdas de naus na carreira da Índia, critica o rei por não premiar os fidalgos com largos serviços com as devidas mercês, dando-as a quem não as merece.⁹²

Belchior Nunes Barreto elege precisamente como o segundo ponto prioritário da sua relação a necessidade de bons capitães que estejam preocupados com Deus e não em ganhar dinheiro e em receber mercês em satisfação de serviços sobretudo quando estes “não são pera reger dous moços seus” e tem acções de que “se segue muito desserviço de Deus e infamia ao Estado”.⁹³ Por esta razão, o acordo com Couto na necessidade de combate aos abusos dos capitães e à mentalidade do negócio fácil é evidente especialmente quando Nunes Barreto escreve que só se assim se poderiam evitar “muitos roubos e sem-justiças que se fazem, nem averia tantos ardis e modos de furtar a Ell-Rei e às partes como há”.⁹⁴ Este último aspecto remete para outro dos grandes temas do Soldado Prático: a crítica à subalternização das armas em prol do comércio. As

⁸⁸ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 11, pp. 426-431.

⁸⁹ Cf. *Idem*, cap. 11, pp. 426-431.

⁹⁰ Cf. *Idem*, cap. 12, pp. 433-442.

⁹¹ Cf. *Idem*, cap. 14, pp. 450-455.

⁹² Cf. *Idem*, cap. 26, pp. 544-547.

⁹³ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, pp. 680-681.

⁹⁴ Cf. *Idem*, pp. 686 e 689.

posições do soldado na matéria evoluem da crítica aos ouvidores que já se faziam mercadores,⁹⁵ à censura à fidalguia que ocupava lugares no Golfo Pérsico mais preocupada em negociar com Baçorá do que em combater a ameaça otomana,⁹⁶ até à sua conhecida afirmação colocada na boca dos muçulmanos de que os Portugueses tinham conquistado a Índia como cavaleiros e a perdiam como mercadores.⁹⁷

Uma segunda área de proximidade entre Couto e a relação de Belchior Nunes Barreto surge no comentário à actualidade político-militar do Estado da Índia, em especial na temática da expansão militar. O soldado advoga que a ocupação de Ceilão só pode ser realizada com 2000 homens e um capitão geral na ilha, considerando impossível um vice-rei concretizar essa jornada.⁹⁸ O problema de deixar a Índia carente do seu líder máximo surge ainda mais claro quando o soldado defende a necessidade da jornada ao Achém com 4000 soldados e 2000 cristãos da terra com a questão da partida em Setembro.⁹⁹ Também na defesa de uma política de reforço da armada¹⁰⁰ e de guerra implacável ao Samorim,¹⁰¹ devido ao problema das guerras da pimenta, ou na defesa de ocupação do Guzerate, com o conselho do soldado sobre não se abandonar Damão e antes usar a praça como base para aquela conquista e evitar o estabelecimento otomano na Índia,¹⁰² se encontram paralelos com a relação de Belchior Nunes.

Na verdade, o ponto considerado prioritário pelo jesuíta na sua relação é exactamente o da expansão para Ceilão, Jafanapatão, Cambaia e China. Na sua opinião, tais conquistas eram absolutamente inadiáveis pois sem elas não poderia crescer a Cristandade uma vez que os reis não cristãos destes territórios buscavam todos os meios para impedir a conversão dos seus súbditos ao cristianismo pelo que a missão estava condenada ao fracasso enquanto não se efectivasse a ocupação territorial.¹⁰³ Exemplos perfeitos destas situações eram, além do caso das Molucas, a comunidade cristã que ficara refém do soberano de Jafanapatão aquando da jornada do vice-rei D. Constantino contra aquele soberano, razão

⁹⁵ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 5, p. 387.

⁹⁶ Cf. *Idem*, cap. 19, p. 487.

⁹⁷ Cf. *Idem*, cap. 24, pp. 533-538.

⁹⁸ Cf. *Idem*, cap. 18, pp. 480 e 483-486.

⁹⁹ Cf. *Idem*, cap. 20, pp. 497-501.

¹⁰⁰ Cf. *Idem*, cap. 20, pp. 513-520.

¹⁰¹ Cf. *Idem*, cap. 21, pp. 503-505 e 506-512.

¹⁰² Cf. *Idem*, cap. 23, pp. 526-532.

¹⁰³ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, pp. 678-679.

pela qual Nunes Barreto defendia o investimento prioritário na ocupação de Jafanapatão,¹⁰⁴ mais do que o combate ao reino de Sitawaka. Porém, o vice-provincial jesuíta reconhecia que não era possível concretizar todas as conquistas ao mesmo tempo e considerava que se devia começar por alguma que não sugeria. Considerava importante que se iniciasse a conquista nalgum local seguindo o modelo castelhano de conquista da América de forma a tornar o rei de Portugal ainda mais poderoso que o seu vizinho ibérico.¹⁰⁵

Desta forma, ainda que por motivações diversas e com intensidades diferentes, nova similitude surge entre Couto e Belchior Nunes na defesa da expansão do Estado da Índia. Mas, se até aqui se focaram os paralelismos discursivos em parte motivados por a escrita se situar no ambiente político-cultural da governação do vice-rei D. Antão de Noronha, importa também analisar as diferenças, por vezes irreconciliáveis, entre ambos os autores. A principal temática em que se encontram perspectivas antagónicas prende-se com a sensível questão do poder de intervenção dos religiosos na esfera da governação política. Aqui as críticas de Couto oscilam entre um discurso directo e outro mais discreto. No primeiro caso surge claramente o aviso do soldado ao vice-rei de que se preparasse para na Índia ter de lidar com religiosos que pediam constantemente mercês e com o seu conselho ao vice-rei de seguir o exemplo do mais sisudo dos vice-reis, D. Pedro Mascarenhas, que vendo-se constantemente assoberbado pelos seus pedidos, os reuniu e lhes fez uma “faladinha” em que os informou que só lhe pedissem o que era estritamente necessário à Cristandade pois o resto não lhes concederia. A postura considerada corajosa deste vice-rei era o mote para avisar o vice-rei que muitos governantes da Índia costumavam ceder aos pedidos dos eclesiásticos para não ficarem mal junto do rei e não enfrentarem motins.¹⁰⁶

Na lógica de uma crítica indirecta encontra-se a desaprovação pelo soldado de que o vice-rei siga uma política como a de D. Constantino que se deixara aconselhar demasiado pelos religiosos¹⁰⁷ e que aliás motiva inclusivamente a crítica ao então recente hábito régio de ordenar aos governadores de sucessão que governassem com o arcebispo de Goa pois afirmava o soldado que do parecer de religiosos e eclesiásticos

¹⁰⁴ Cf. *Idem*, pp. 697-698.

¹⁰⁵ Cf. *Idem*, p. 679.

¹⁰⁶ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 7, pp. 396-399.

¹⁰⁷ Cf. *Idem*, cap. 17, pp. 473-474.

nunca se acrescentara o Estado.¹⁰⁸ Na mesma linha mas não podendo criticar abertamente a recém-chegada Inquisição, o soldado pede ironicamente ao vice-rei que não o denuncie a esta por lhe revelar as desordens na matrícula da Índia.¹⁰⁹ A relativa moderação com que o soldado aborda indirectamente as polémicas recentes da Contra-Reforma no Estado da Índia é, portanto, um indício da consciência que Couto teve quanto às limitações da sua escrita em temas polémicos.

O contraste com Belchior Nunes Barreto não podia ser maior visto este iniciar a sua relação afirmando que já antes escrevera muito sobre os males da Índia e dizendo que não queria meter-se no governo temporal “escrevendo cousas que não são conformes à minha profissão”,¹¹⁰ mas redigindo uma relação onde claramente interfere na área política. As suas sugestões de que era necessário reforçar o poder dos jesuítas junto dos vice-reis, enviando-os em embaixadas aos soberanos asiáticos para realizarem disputas teológicas¹¹¹ ou a sua defesa da concessão de maiores poderes judiciais às autoridades eclesiásticas como forma de moderar os casos de justiça contra os recém-convertidos são disso um exemplo claro. Não apenas era necessário, na opinião de Belchior Nunes, não seguir os maus exemplos de tratamento aos reis das Maldivas e Kotte, cuja defesa pelo Estado da Índia fora abandonada,¹¹² comourgia ao mesmo tempo combater assumida e claramente a expansão do Islão em casos como o do sultão Hairun de Ternate acusado de perseguir os cristãos recentemente convertidos.¹¹³ Numa alusão claríssima às polémicas contra-reformistas vividas em Goa recentemente e nas quais ele próprio, como se viu, participara, Belchior Nunes defendia a prossecução de políticas de conversão da comunidade hindu, a expulsão dos brâmanes, a destruição de pagodes e o fim das cerimónias religiosas não cristãs, sem qualquer hesitação uma vez que os argumentos usados por vice-reis e vedores do despovoamento da terra e quebra das receitas mais não eram que desculpas para a não concretização dessa política. Não admira, portanto, que, contrariamente a Couto, defendesse um aprofundamento da cooperação judicial entre o vice-rei e o arcebispo¹¹⁴ e que se prosseguisse a política de escrever anualmente aos vice-reis a perguntar por

¹⁰⁸ Cf. *Idem*, cap. 16, pp. 465-467.

¹⁰⁹ Cf. *Idem*, cap. 9, p. 410.

¹¹⁰ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, p. 677.

¹¹¹ Cf. *Idem*, p. 684.

¹¹² Cf. *Idem*, pp. 686-687.

¹¹³ Cf. *Idem*, pp. 693-695.

¹¹⁴ Cf. *Idem*, pp. 700-702 e 704.

números de baptismos e medidas em favor da Cristandade pois “o que menos se trata nesta terra hé da christandade”.¹¹⁵

O contraste de opções políticas surge também claro num outro problema fundamental que a crise político-militar colocou: a capitalidade de Goa.¹¹⁶ Enquanto o soldado defende claramente a mudança para Baçaim por ser o melhor porto da Índia, ser mais rendosa que Goa e permitir combater melhor os otomanos, não deixando de alertar, num verdadeiro presságio do que sucedeu na década de 1570 com a separação do governo de Malaca, para a oposição que a medida geraria em Goa,¹¹⁷ e se manifesta hostil à expansão para a China,¹¹⁸ vista como terra de delícias, enriquecimento fácil e de fuga à Inquisição, Belchior Nunes Barreto acaba indirectamente por defender a manutenção da capital em Goa e defende a expansão para a China e Monomotapa. Se no caso do Monomotapaurgia vingar a morte do anterior provincial D. Gonçalo da Silveira, no caso da Chinaurgia a sua conquista, reputada de extremamente fácil, para se iniciar a missão da região até então negada pelas autoridades chinesas. Só assim, terminava Nunes Barreto, poderia ser o rei de Portugal o mais rico e poderoso do mundo.¹¹⁹

Não só as ideias de Couto e do jesuíta não podiam ser mais distintas, como as intenções de escrita de ambos eram diametralmente opostas em termos dos seus efeitos junto da política da Coroa para a Ásia. Se é verdade que existe uma algo surpreendente concordância de ambos no que diz respeito ao diagnóstico da situação vivida, já nas soluções preconizadas as diferenças surgem bem mais nítidas. Com um discurso bem mais próximo dos interesses dos soldados, da pequena fidalguia e dos casados, Couto vê com maus olhos o reforço do poder dos eclesiásticos junto dos vice-reis por considerar que tal não é solução para o problema do excesso de poder dos vice-reis e sobretudo porque tal não garantia o fim dos abusos que se registavam na Índia. Contrariamente, Nunes Barreto considerava que só a cooperação entre eclesiásticos e o poder político asseguraria a moderação dos excessos na Índia e poderia afigurar-se como garantia de uma nova fase expansionista. O facto de neste primeiro Soldado, Couto não apresentar propostas reformistas claras, sobretu-

¹¹⁵ Cf. *Idem*, pp. 703 e 707.

¹¹⁶ Cf. Santos, Catarina Madeira, “Goa é a chave de toda a Índia”. *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 280 e seguintes.

¹¹⁷ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 22, pp. 521-524.

¹¹⁸ Cf. *Idem*, cap. 25, pp. 540-543.

¹¹⁹ Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, pp. 709-711.

do quando comparado com a lógica de escrita dos autores contemporâneos das relações, poderá ter contribuído para enfraquecer a possibilidade de publicação da sua obra. É por isso ainda necessário comparar o Soldado Prático de Diogo do Couto e a relação de Belchior Nunes Barreto aos conhecidos escritos do vedor João da Fonseca e do arcebispo D. Jorge Temudo, os quais desde logo se destacam face aos anteriores pela variedade de propostas reformistas.

4. Couto, Nunes Barreto e as relações do vedor João da Fonseca e do arcebispo D. Jorge Temudo

Contrariamente a Diogo do Couto e a Belchior Nunes Barreto, quer o vedor João da Fonseca, quer o arcebispo D. Jorge Temudo, exerciam cargos oficiais no sistema que criticam e detinham à data da sua escrita por comparação a Couto e Nunes, maior margem de intervenção e influência. Se este facto pode ajudar a explicar o tom mais reformista das relações de Fonseca e Temudo, é importante não esquecer no caso do arcebispo a sua anterior ligação a Belchior Nunes Barreto e procurar descortinar o grau de influência que o jesuíta poderá ter tido nas ideias defendidas pelo arcebispo de origem dominicana.

João da Fonseca fora capitão e vedor de Cochim, à semelhança do seu antecessor no cargo D. Jorge de Castro, redigindo a sua relação em Janeiro de 1568 quando o vice-rei D. Antão de Noronha concretizava a conquista de Mangalar, na costa do Canará. A sua relação dirigida a fidalgo influente no Reino que se desconhece,¹²⁰ tem como ponto forte a incidência em matérias económicas e financeiras, fornecendo diversos números relativos ao comércio, receitas e despesas do Estado da Índia. A sua intenção como anuncia logo ao início era atalhar o risco de perda da Ásia Portuguesa para o Reino,¹²¹ no âmbito da crise político-militar e das políticas que considerava erradas do vice-rei D. Antão, de quem aliás foi forte opositor.¹²² As suas posições aproximam-se mais das ideias de Diogo do Couto do que das posições de Belchior Nunes Barreto. Com Couto partilha o vedor a defesa de que o rei não conceda tantas mercês à fidalguia para não a habituar mal e devido à falta de dinheiro do Estado, assim como a crítica forte aos triénios vice-reais que afirmava tornarem inviáveis jornadas como a do Achém, uma política de guerra total no Malabar para recuperar o comércio da pimenta da região, a extinção de

¹²⁰ Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, pp. 134-135.

¹²¹ Cf. *Idem*, p. 138.

¹²² Cf. Vila-Santa, Nuno, "O vice-reinado...", p. 91.

diversos cargos que considerava supérfluos em Goa bem como o combate às desordens que se registavam na ribeira de Goa e a defesa da necessidade de marinheiros experimentados.¹²³ Este último ponto encontra consonância com a defesa pelo soldado da necessidade de pilotos e marinheiros experimentados nas viagens da carreira e também com a necessidade de bombardeiros do Reino e de artilharia grossa visto esta não ser produzida em Goa.¹²⁴

Com Belchior Nunes Barreto, João da Fonseca partilha a defesa da ideia de conquista da China que julgava possível com 2000 homens desde que fosse comandada pelo senhor D. Duarte e que não servisse para premiar fidalgos, a ocupação em Ceilão de Jafanapatão mais do que Sitawaka, e a possibilidade de entrega da presidência da relação de Goa ao arcebispo ou chanceler para não sobrecarregar o vice-rei.¹²⁵ Esta última ideia surge intimamente ligada à defesa de uma concentração absoluta da actuação dos vice-reis na área política e militar.¹²⁶ A relação de Fonseca destaca-se claramente pela defesa intransigente da privatização dos diversos comércios da Ásia e ainda por criticar quem apenas diz mal e não sugere correcções dentro do sistema.¹²⁷ Insiste ainda na capitalidade de Goa desde que tal não signifique o abandono do Malabar muito criticado no contexto da ascensão política da Província do Norte.¹²⁸

Desta forma, pode afirmar-se que João da Fonseca defende os interesses político-económicos do Malabar no contexto do Estado da Índia e uma política expansionista moderada mais próxima da defendida no Soldado Prático do que da advogada por Nunes Barreto. Contrariamente a ambos, todavia, em nenhum ponto se refere às polémicas da Contra-Reforma que tinham marcado a década de 1560 e não emite opinião sobre o entrelaçamento de política e religião.¹²⁹

Em contraponto em diversos aspectos à relação de Fonseca, encontra-se a relação de D. Jorge Temudo, escrita em 1569, o qual começara por ser bispo de Cochim desde 1560 e em 1567 fora elevado a arcebispo de Goa devido à resignação de D. Gaspar de Leão Pereira. Na qualidade de arce-

¹²³ Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, pp. 141, 148-149, 155-156, 164 e 166-167.

¹²⁴ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, caps. 3 e 15.

¹²⁵ Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, pp. 142, 146, 150, 152-153 e 171.

¹²⁶ Cf. *Idem*, p. 157.

¹²⁷ Cf. *Idem*, pp. 159-160 e 180.

¹²⁸ Cf. *Idem*, pp. 175-176.

¹²⁹ Cf. Marcocci, Giuseppe, *A consciência de um Império. Portugal e o seu mundo (Séculos XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 328-329.

bispo, presidiu ao primeiro Concílio Provincial de 1567, publicou as constituições da arquidiocese bem como os decretos do Concílio de Trento. Antes de falecer em 1571 foi ainda governador na ausência do vice-rei D. Luís de Ataíde quando este ocupou Onor e Mangalor em 1569.¹³⁰ A relação de Temudo foi escrita, segundo informa, a pedido do rei e destaca-se desde logo por ser a que foi redigida por quem detinha mais influência na Índia e no Reino junto das elites decisoras. Contrariamente ao que seria de esperar, a relação de Temudo aproxima-se bem mais do Soldado Prático do que das ideias defendidas por Belchior Nunes Barreto. O facto do arcebispo identificar como os três males da Índia a falta de justiça, os triénios e a ociosidade da fidalguia¹³¹ lembram de imediato as posições do soldado.

Não só o arcebispo defende devassas gerais a todos os capitães e oficiais do rei, como critica as nomeações de recompensa e sugere que ao invés o rei as sujeite a confirmação pelo vice-rei de forma a punir exemplarmente os capitães que depois de prevaricarem ficavam impunes. Temudo alinha também nas críticas feitas por Couto e Belchior Nunes Barreto aos fidalgos mancebos, aconselhando explicitamente o rei a não dar tantos ouvidos às intrigas da fidalguia. Colocando-se do lado dos vice-reis a quem reconhece a dificuldade de governar perante a influência da fidalguia no Reino sugere ao rei que crie um conselho da Índia para ler anualmente a documentação remetida da Ásia e o auxiliar na tomada de decisões. Nessa sequência afirma que “Não hee tão perigoso o Cabo da Boa Esperança pera as naos, quanto o cabo dos governadores pera este Estado” numa também crítica directa ao sistema vice-real que o leva a escrever “antes um mediocre viso-rey perpetuo, que cada três annos hum muito escolhido”. Na sua opinião, o governo trienal era mesmo o pior dos males da Índia.¹³²

Se no diagnóstico, o arcebispo concorda essencialmente com Couto, já nas panaceias defendidas para reformar o Estado da Índia aproxima-se mais de Belchior Nunes Barreto e João da Fonseca. Recorrendo à expressão usada por Couto, o “jardim dos vice-reis”, para se referir às desordens na matrícula da Índia, defende explicitamente a sua extinção e substituição pelo sistema das ordenanças, algo que nem Couto nem Belchior Nunes afirmam explicitamente e que apenas o arcebispo e João da Fonseca afirmam com clareza.¹³³ Além disso, o arcebispo assume clara-

¹³⁰ Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, p. 136.

¹³¹ Cf. *Idem*, p. 186.

¹³² Cf. *Idem*, pp. 186-193 e 194.

¹³³ Cf. *Idem*, pp. 148, 168-169 e 195-196.

mente a necessidade do rei deixar de nomear os fidalgos para os recompensar e pede explicitamente que os envie desenganados da busca de mercês e do enriquecimento fácil.¹³⁴

Na política expansionista, o arcebispo aproxima-se das posições de Nunes Barreto embora com mais realismo e com propostas concretas. Face ao problema do Achém reconhece a impossibilidade da jornada para um vice-rei de três anos e defende que o rei nomeie um governador para Malaca, tal como fizera naquele ano de 1569 com Francisco Barreto para o Monomotapa. Defende também a conquista de Ceilão com a necessidade de defesa do reino de Kotte mas sugerindo a aliança matrimonial de Dharmapala com o reino de Cândia e militar com Jafanapatão de forma a cercar e isolar Sitawaka. Ainda assim, aproxima-se da visão do Soldado Prático quando defende a necessidade de ocupação do sultanato guzerate e a transferência da capital para Damão,¹³⁵ contrariamente a Nunes Barreto e Fonseca. Com o vedor, partilha a defesa da privatização dos comércios na Ásia desde que seja o vice-rei a negociar os contratos.¹³⁶ A sua linha de defesa da instituição vice-real, em colaboração estreita com o poder eclesiástico que personificava, acaba por ser o ponto mais claro de confluência com a relação de Nunes Barreto. Nos restantes aspectos, não deixa de ser interessante notar como não se refere em nenhum momento às polémicas contra-reformistas da década de 1560. Neste aspecto, a descolagem das posições de Nunes Barreto é uma conclusão e ainda mais visível quando Temudo é o único a defender a nomeação de um cronista da Índia com salário e juramento de forma a dar continuidade à escrita da história dos vice-reis mas desde que fosse residente na Índia.¹³⁷

Assim, como já foi afirmado por Luís Filipe Thomaz, a relação do arcebispo acaba por ser aquela que se revela mais lúcida no diagnóstico e nas propostas reformistas.¹³⁸ Se é verdade que D. Jorge Temudo concorda muito com os diagnósticos de Couto, destaca-se claramente no manancial de propostas reformistas apresentadas em diversas áreas, mesmo quando comparada com a de João da Fonseca. Além disso, como se realçou pelo seu estatuto social e político, a relação do arcebispo tinha condições para ter melhor acolhimento junto do poder político do que as de Nunes Barreto, João da Fonseca ou o Soldado Prático de Diogo

¹³⁴ Cf. *Idem*, p. 202.

¹³⁵ Cf. *Idem*, pp. 208-212.

¹³⁶ Cf. *Idem*, pp. 217-219.

¹³⁷ Cf. *Idem*, pp. 214-215.

¹³⁸ Cf. Thomaz, Luís Filipe, *Op. Cit.*, p. 505.

do Couto. Resta, assim, procurar perceber qual o impacto que cada uma destas relações teve nas políticas gizadas por D. Sebastião para o Estado da Índia.

Conclusão

Das relações aqui analisadas existem poucas dúvidas de que o Soldado Prático de Diogo de Couto será aquele que menos terá influenciado o rei. Tal prende-se não apenas com o menor estatuto político e social de Couto mas também com a forma de escrita pedagógica da sua obra que a tornava menos assumidamente reformista que as relações referidas. Existem poucas dúvidas que a linha de reforço da cooperação entre o poder político e o religioso, defendida na relação de Belchior Nunes Barreto como panaceia dos males da Índia, foi plenamente adoptada por D. Sebastião na sua política asiática. Tal foi visível na expedição do Monomotapa de Francisco Barreto com as ordens e poderes conferidos por D. Sebastião ao padre jesuíta Francisco de Monclaros, mas também na deposição do vice-rei D. António de Noronha, em 1573, executada pelo arcebispo de Goa D. Gaspar de Leão Pereira a mando de D. Sebastião.¹³⁹ Já a relação de João da Fonseca com a sua insistência na proposta de privatização do comércio, também viu a sua aplicação surgir em 1570 com as ordens então exaradas por D. Sebastião para a Ásia. Ainda assim, a relação que nos parece ter surtido mais efeitos duradouros junto do rei foi a do arcebispo D. Jorge Temudo.

Como se viu, coube a Temudo a sugestão de divisão do governo de Malaca, a qual D. Sebastião executou em 1571 como é conhecido. Também é difícil negar alguma influência da sua relação na decisão régia de ordenar pela primeira vez a demissão de um vice-rei, em 1573, uma vez que na sua relação se D. Jorge Temudo, por um lado, defendia claramente o reforço da instituição vice-real, por outro, não deixava de reconhecer que caso o vice-rei governasse mal o rei não devia hesitar em depô-lo.¹⁴⁰ Todo o contexto da deposição do vice-rei D. António de Noronha e os desaguizados entre Francisco Barreto e o padre Francisco de Monclaros na jornada do Monomotapa, ambos tendo como base ordens sebastianas de aliança entre missão e conquistas,¹⁴¹ foram influenciados pelas concepções defendidas em relações como as de Belchior Nunes Barreto

¹³⁹ Cf. Vila-Santa, Nuno, "A Coroa...", pp. 60 e seguintes.

¹⁴⁰ Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, pp. 190-191.

¹⁴¹ Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, pp. 155-156.

e de D. Jorge Temudo. É importante não esquecer a ligação de ambos ao padre Luís Gonçalves da Câmara, e por essa via, a Martim Gonçalves da Câmara, a figura destacada nos negócios políticos do Reino durante os primeiros anos do governo de D. Sebastião e que só um estudo aturado poderá confirmar se esteve ou não por detrás dessas ordens, como aparentemente parece ter estado.¹⁴²

Porém, a influência destas relações teve ainda uma consequência mais directa. Na medida em que todas apelavam, umas de forma mais directa, outras mais indirectamente, à nomeação de uma figura com plenos poderes para poder reformar a Índia, a ligação com o contexto da primeira nomeação vice-real de D. Luís de Ataíde, em 1568, em especial os poderes e missão a este atribuídos¹⁴³, é evidente. E se tal é especialmente aplicável às relações cronologicamente anteriores de Belchior Nunes Barreto e João da Fonseca, já para o Soldado Prático e a relação do arcebispo é possível estabelecer uma ligação com a indigitação cronologicamente posterior do vice-rei D. António de Noronha, em 1571, nomeado para prosseguir a linha reformista com a divisão dos governos da Índia, motivo pelo qual usufruiu de poderes reforçados.¹⁴⁴

O relativo malogro dos intentos reformistas de D. Sebastião, visível no falhanço da implementação das ordenanças com D. Luís de Ataíde, e no caso de D. António Noronha com o fracasso na divisão dos governos da Índia e sobretudo o então considerado fracasso da expedição do Monomotapa, afectaram directamente o compromisso régio com uma política reformista na Ásia. A tal acresceu a viragem sebástica para o Norte de África desde 1573. As circunstâncias atípicas da governação de António Moniz Barreto (1573-1577)¹⁴⁵ materializaram não apenas essa viragem mas também a ideia do abandono do Estado aos fidalgos, criando condições para a redacção de uma obra de pendor político-religioso como o *Primor e Honra da Vida Soldadesca*,¹⁴⁶ o qual tende a ser visto como

¹⁴² No caso do Monomotapa, é conhecida a assinatura de Martim Gonçalves, enquanto presidente da Mesa de Consciência e Ordens, ao parecer favorável à expedição. Já quanto à deposição de D. António de Noronha é mais difícil traçar a sua ligação a esta.

¹⁴³ Cf. Vila-Santa, Nuno, *Entre o Reino e o Império: a carreira político-militar de D. Luís de Ataíde (1516-1581)*, Lisboa, ICS/Câmara Municipal de Peniche, 2015, pp. 130-141.

¹⁴⁴ Cf. Vila-Santa, Nuno, "A Coroa...", p. 59.

¹⁴⁵ Cf. Vila-Santa, Nuno, "Revisitando o Estado da Índia nos anos de 1571 a 1577", *Revista de Cultura*, nº 36, 2010, pp. 97-104.

¹⁴⁶ Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, "Pena...".

complementar ao primeiro Soldado Prático de Couto.¹⁴⁷ De não despendiendia influência, neste contexto, foi também a obra de 1573 do arcebispo de Goa D. Gaspar de Leão Pereira, *Desengano dos Perdidos*, escrita em tom apocalíptico, após os cercos de Goa e Chaul e a batalha de Lepanto, como já foi realçado por variados autores.¹⁴⁸

Precisamente numa tentativa de inverter a ideia contemporânea de abandono do Estado da Índia, D. Sebastião indigitou novamente D. Luís de Ataíde, já 3º conde de Atouguia, para vice-rei em 1577, com o intuito preciso de moralizar hábitos e costumes após a crise política de 1576-77. Todavia, a crise dinástica e a entronização dos Áustrias em Portugal, em nossa opinião, contribuíram para o reforço dos discursos de decadência que já se prefiguravam no final do reinado de D. Sebastião. Na medida em que a sucessão de Filipe II na Coroa Portuguesa e o seu regresso a Madrid em 1583 deixaram um sentimento de orfandade política em Portugal, este naturalmente alargou-se ao Império e não tardou a manifestar-se na Índia com o aparecimento de novos escritos arbitristas que se destacaram por formulações mais tremendistas que os anteriores.

Entre estas avulta precisamente o segundo Soldado Prático de Couto, o qual tendo iniciado a sua escrita na sequência da deposição do vice-rei D. António de Noronha, em 1573, foi preparado para edição apenas em 1611,¹⁴⁹ razão pela qual foi actualizado em tantos aspectos que quase parece uma nova obra.¹⁵⁰ Por essa época, a obra que fora composta com um claro tom reformista era a *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental* de Francisco Rodrigues de Silveira, escrita para ser lida pelos decisores do Reino¹⁵¹ e com propostas claras e bem mais exequíveis que as de Couto. Este facto explica que também para o segundo Soldado Prático se repita a ideia de que Couto é mais um denunciador, aliás plenamente confirmado pelos relatos de estrangeiros que passaram por Goa em finais do século XVI e inícios do século XVII,¹⁵² do que um refor-

¹⁴⁷ Cf. *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia*, edição de Laura Monteiro Pereira, Maria Augusta Lima Cruz e Maria do Rosário Laureano Santos, Ericeira, Editora Mar de Letras, 2003, p. 32.

¹⁴⁸ Cf. Faria, Patrícia Souza de, "Reforma e Profecia: a acção do arcebispo de Goa e místico D. Gaspar de Leão", *Historia*, nº 28, 2009, pp. 146 e 162-163; Ventura, Ricardo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 65.

¹⁴⁹ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, pp. 255 e 257; Couto, Diogo do, *O Soldado...*, pp. 16 e 21-22.

¹⁵⁰ Cf. *Idem*, pp. 219 e 211.

¹⁵¹ Cf. Silveira, Francisco Rodrigues, *Op. Cit.*, p. xlvi; Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

¹⁵² Cf. Winus, George, *Op. Cit.*, pp. 83-84.

mista puro.¹⁵³ Assim se explicam também as imensas diferenças para com o primeiro Soldado Prático, entre as quais o tom mais veemente e amadurecido das críticas,¹⁵⁴ mas também o acentuar das contradições reformistas de Couto já apontadas por Luís Filipe Thomaz.¹⁵⁵ A percepção de um maior afastamento dos Áustrias na sua política asiática por comparação ao investimento que os Avis tinham votado ao Estado da Índia e não apenas a chegada dos adversários europeus, ajudam a explicar a concentração neste período de arbitrismos bem mais assumidamente críticos do que no período sebástico, e sobretudo o tom desiludido de Couto no segundo Soldado Prático. Note-se, paradoxalmente, que tal sucedeu no exacto momento em que o Estado da Índia atingiu a sua máxima dimensão nos finais do século XVI e inícios do século XVII.

Tal como defende Maria Augusta Lima Cruz, o que todos estes autores têm de comum é o sentimento de impotência perante a magnitude dos problemas colocados ao Estado da Índia e a perspectiva da sua difícil resolução. A tal acresceu o receio de abandono do Estado aos fidalgos e da sua subalternização no âmbito das prioridades da Coroa para o Império¹⁵⁶, como sucedeu durante parte do governo sebástico e se tornou mais evidente com a viragem atlântica crescentemente consumada com a transição filipina. Talvez, por isso mesmo, e numa tentativa de convocar de novo o interesse da Coroa e dos decisores políticos para a Ásia, Couto no segundo Soldado defende a territorialização de forma diferente da que fizera no primeiro soldado, sobretudo ao terminar o segundo com o apelo da conquista do Monomotapa,¹⁵⁷ e em consonância com as propostas territorialistas de Silveira.¹⁵⁸ Também a defesa de um retorno às armas surge mais clara no segundo Soldado e sobretudo na Reformação,¹⁵⁹ embora já tivesse sido defendida antes muito claramente pelo autor anónimo do Primor e Honra da Vida Soldadesca.¹⁶⁰

Na base original do mal-estar e das iniciais propostas reformistas, estava, contudo, o desajuste de diversas estruturas do Estado bem como a tensão entre os casados e a fidalguia. O ambiente crescente de dissocia-

¹⁵³ Cf. Silveira, Francisco Rodrigues, *Op. Cit.*, pp. xxxix e xlvii; Winius, George, *Op. Cit.*, p. 79; Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

¹⁵⁴ Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 219; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

¹⁵⁵ Cf. Thomaz, Luís Filipe, *Op. Cit.*, pp. 505 e 507.

¹⁵⁶ Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

¹⁵⁷ Cf. Couto, Diogo do, *O Soldado...*, p. 31.

¹⁵⁸ Cf. Silveira, Francisco Rodrigues, *Op. Cit.*, p. XXXVIII.

¹⁵⁹ Cf. *Idem*, livro II, p. 94 e seguintes.

¹⁶⁰ Cf. *Primor...*, IV parte, pp. 225 e seguintes.

ção dos interesses entre nobreza do Reino e a sociedade local tornado visível pela crise político-militar de 1565-75, propiciou não apenas o contexto cultural de produção do segundo Soldado Prático de Couto ou da Reformação de Silveira, mas também está na base dos projectos reformistas do reinado sebástico esperanças que o jovem monarca pudesse reformar a Ásia. É precisamente nessa linha que as relações de Belchior Nunes Barreto, João da Fonseca, D. Jorge Temudo e o primeiro Soldado Prático são exemplares. Desta forma, é o malogro dos intentos reformistas de D. Sebastião, em especial a incapacidade já apontada por Luís Filipe Thomaz para cumprir as expectativas de uma política que reformasse de alto a baixo da sociedade portuguesa quinhentista,¹⁶¹ e os seus múltiplos efeitos políticos e culturais que necessitam de estudo de forma a melhor enquadrar obras como o segundo Soldado Prático ou a Reformação de Silveira.

¹⁶¹ Cf. Thomaz, Luís Filipe, *Op. Cit.*, pp. 487, 499, 506 e 508.

